

Átila Lins: PEC do TST fará correção histórica

A comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/15, que inclui na Constituição Federal o Tribunal Superior do Trabalho (TST) como órgão do Judiciário, aprovou, nessa terça-feira (22), seu relatório final. O deputado **Átila Lins (AM)**, primeiro vice-presidente do colegiado, afirmou que a aprovação definitiva da PEC implicará em uma correção histórica.

“Não tenho a menor dúvida de que o Plenário aprovará em peso a matéria, para repor a lacuna que deixa o Tribunal Superior do Trabalho fora do texto constitucional. Estamos reparando um erro histórico, um lapso do constituinte de 1988. Esta comissão trabalhou com celeridade e eficiência e espero que o Congresso conclua a tramitação o mais breve possível”, afirmou o deputado.



Deputado Átila Lins (AM)

Além da inserção do TST no texto constitucional como órgão do Poder Judiciário, a PEC também inclui os pré-requisitos de notável saber jurídico e reputação ilibada a quem for nomeado como ministro do tribunal, o que é previsto para as nomeações em todas as outras cortes de instância superior. O texto aprovado pela

comissão permite ainda que o TST processe e julgue ações de reclamação que lhe forem submetidas.

O vice-presidente do TST, ministro Ives Gandra, destacou que o reconhecimento da corte na Constituição também democratizará o acesso da população ao órgão. “A aprovação desta PEC garantirá ao cidadão a possibilidade de recorrer ao tribunal através do instrumento jurídico da reclamação. Por meio dela, o descumprimento de uma decisão do TST, por um juiz de primeira instância, pode levar o cidadão a ter o seu processo analisado pela Corte, sem que ele tenha que passar por toda a via-sacra dos recursos”, explicou.

A proposta segue para análise do Plenário e precisa ser aprovada em dois turnos para ser encaminhada ao Senado.



Izar cobra políticas públicas de combate às zoonoses



Deputado Ricardo Izar (SP)

Em audiência pública realizada, ontem (22), pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos a Animais, o presidente do colegiado, deputado **Ricardo Izar (SP)**, destacou a necessidade de elaborar políticas mais eficientes de combate às zoonoses e de controle popula-

cional de animais.

“Por que não há políticas públicas para o combate às zoonoses, na área da Saúde, que incluam o controle populacional de animais? Sabemos que a Organização Mundial da Saúde [OMS] coloca a castração como política pública de saúde humana também, então, isso tem que ser considerado pelo governo federal e implantado nos municípios o mais rápido possível”, observou o parlamentar.

A CPI discutiu o tema com o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Antonio Carlos Nardi, com o ex-secretário municipal de Saúde de Fortaleza (CE), Odorico Monteiro, e com o ex-secretário municipal de Saúde de Campo Grande (MS), Luiz Henrique Mandetta, que relataram experiências positivas no combate à leishmaniose visceral.

“Em 2005, Campo Grande registrou mais de 200 casos de leishmaniose visceral em seres humanos, com 14% de mortes. Fizemos um plano municipal de controle da doença, porque a recomendação do Ministério da Saúde se limitava a propor a eutanásia de cães e um programa de pulverização. Com intensa atuação na capacitação dos profissionais de saúde para o diagnóstico em humanos, no controle populacional por meio da castração de animais e no tratamento dos doentes, em 2010, tivemos, pela primeira vez, a redução dos casos em humanos”, expôs Mandetta.

Com as oitavas, a CPI também colheu informações para propor sugestões ao Projeto de Lei 1.738/11, que trata sobre a Política Nacional de Vacinação contra a Leishmaniose Animal.



Gilberto Kassab detalha execução do Minha Casa, Minha Vida em audiência pública

Em audiência pública realizada pela Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), nessa terça-feira (22), o ministro das Cidades, **Gilberto Kassab**, apresentou detalhes da execução do programa Minha Casa, Minha Vida. Segundo ele, ao todo, quatro milhões de unidades já foram entregues e os recursos necessários para a entrega do restante já contratado estão assegurados.

Um dos questionamentos dos parlamentares foi quanto à execução dos pagamentos do programa. “As parcelas da fase dois estão rigorosamente em dia. O programa tem tido uma regularidade na disponibilização dos recursos. Houve entendimento com as empresas e um novo fluxo foi definido há alguns meses”, esclareceu Kassab.

Kassab acrescentou que o programa entrou em sua etapa final de



Ministro Gilberto Kassab (Cidades)

formatação. “A fase três já foi apresentada aos movimentos sociais urbanos e rurais e às empresas. Hoje foi apresentada aqui na Câmara e, na semana que vem, será a vez do Senado. Tudo isso para que possamos encaminhar, nas próximas semanas, medida provisória que permita o início formal dessa nova fase.”

Os parlamentares da bancada do PSD compareceram à audiência. Para o deputado **Heuler Cruvinel (GO)**, a nova etapa do Minha Casa, Minha Vida está sendo esperada com ansiedade pela sociedade. O parlamentar também destacou a inclusão da chamada faixa um e meio. “Com as modificações, que agora incluem renda entre 1,5 e três salários mínimos, com subsídio do governo, o programa vai ampliar o atendimento à população carente, que sonha com a casa própria.”

O deputado **Alexandre Serfiotis (RJ)** ressaltou a importância do programa para municípios de pequeno porte. “Quando vemos cidades com menos de 50 mil habitantes sendo atendidas, ficamos muito contentes porque, sem dúvida, essa iniciativa muda a realidade desses municípios e seus moradores.”



Silas Câmara quer regularização de bens reversíveis



Deputado Silas Câmara (AM)

A comissão especial que analisa o Projeto de Lei 6.789/13 que, entre outras medidas, altera a Lei Geral de Telecomunicações (9.472/97), aprovou, ontem (22), novos requerimentos de audiência pública para

subsidiar o relatório final. De acordo com o deputado **Silas Câmara (AM)**, que subscreveu dois deles (12 e 13/15), os debates são necessários para aperfeiçoar o texto.

A indicação do que é, ou não, um bem reversível, sob a perspectiva da garantia dos direitos dos consumidores, é um tema de grande relevância, segundo Silas. O parlamentar avaliou que esses “patrimônios abandonados” poderiam ser mais bem utilizados. Para ele, o caso da privatização da Telebrás, incluindo o repasse de suas propriedades (torres, prédios, equipamentos) para empresas de telecomunicações, o prazo para devolução e o que deveria ser devolvido, não está claro até hoje.

“No meu estado, por exemplo,

temos 61 torres instaladas em terrenos estratégicos. Tem prédios abandonados sendo usados por usuários de drogas e ninguém para assumir o patrimônio. Eles poderiam ser utilizados por uma creche ou uma escola. Esse debate pode abrir uma brecha para regularizar essa situação.”

Foram convidados para a audiência representantes do Comitê Gestor da Internet (CGI.br); do Instituto Telecom; da Procuradoria da República (MPF); da Anatel; do Ministério das Comunicações e do Sinditelebrasil.

Outro debate vai tratar da qualidade dos serviços prestados por pequenas empresas da área. Como convidado, o colegiado solicitou a presença do presidente da Hoje Telecom, José de Moura Teixeira.

EXPEDIENTE

PSD - Partido Social Democrático

Líder do PSD: Rogério Rosso (DF)

Chefe de Gabinete: Fábio Almeida

Editora-Chefe: Danielle Arouche

Redatora: Raquel Sacheto

Diagramação: Jorge Ribeiro

Revisão: Rogério Oliveira

Fotografia: Heleno Rezende e Cláudio Araújo

Reportagens: Bruna Marques, Carola Ribeiro, Demétrius Crispim, Diane Lourenço e Renan Bortoletto

Liderança do PSD na Câmara dos Deputados - Anexo II

Assessoria de Imprensa - Sala 150B - Fone: 3215-9073

@psdcamara

PSD Câmara



Acompanhe as matérias de áudio e vídeo no nosso site:
www.psdcamara.org.br